

Luta contra arbítrio é lembrada

Solene, mas ao mesmo tempo temperamental, o presidente da Câmara — Ulysses Guimarães — fez ontem pela televisão uma defesa de vinte minutos do Congresso Nacional. Como o pronunciamento que o antecedeu, do presidente do Senado — José Fragelli, a fala de Ulysses foi ilustrada por várias imagens. De início diversos recortes de jornais elogiando ações do Legislativo, passando por cenas com o falecido senador Teotônio Vilela, as greves do ABC e os comícios das diretas. Pouco a pouco Ulysses subia o tom enfatizando, por exemplo, que o Congresso muitas vezes denunciava atentados contra a liberdade de imprensa. Abaixo a íntegra do pronunciamento:

A memória desses acontecimentos perpetrados na história e nas imagens documenta que os deputados e senadores foram dignos representantes da sociedade.

Você queria que o Congresso Nacional resistisse ao arbítrio.

Ele resistiu.

Testemunham essa luta 171 deputados federais e senadores cassados que somados a deputados estaduais e vereadores, totalizam 954 legisladores.

Na face mais opressora do arbítrio, os deputados e senadores foram as vozes de quem não tinha voz.

Corajosamente denunciaram atentados aos direitos humanos, inclusive contra a própria imprensa, rádio e televisão, que estavam censurados e não podiam livremente falar.

Os deputados e senadores desempenharam papel de liderança da Lei da Anistia, sob a liderança do saudoso Teotônio Vilela, fora do Congresso, mas presente no Brasil. Teotônio Vilela ingressou no coração e no reconhecimento do povo. Nas greves do ABC, deputados e senadores atuaram bravamente para amparar trabalhadores contra perseguições, prisões e confrontos. Nas tribunas da Câmara, nas comissões parlamentares de inquéritos, nos comícios e em entrevistas, os deputados e senadores bem como a imprensa, o rádio e a televisão, denunciaram e investigaram tenebrosos escândalos de corrupção que abalaram a opinião pú-

blica. Com a sociedade e os partidos, os deputados e senadores organizaram, mobilizaram, tomaram parte nos comícios e passeatas pelas eleições diretas, que encheram as praças e ruas das capitais e cidades do Brasil, com mais de 30 milhões de pessoas.

Foram deputados e senadores percorrendo todo o País com os candidatos Tancredo Neves e José Sarney, com maciço apoio da sociedade, que os elegeram no Congresso Nacional como presidente e vice-presidente da República.

Assumiram e cumpriram o compromisso de acabar com o Colégio Eleitoral, com o reestabelecimento imediato da eleição direta para chefe dessa grande nação, prefeitos das capitais, bem como acabar com a segregação cívica de quarenta milhões de analfabetos banidos dessa sociedade.

Como se vê, a política é útil. Há os deputados e senadores que convencem e discutem na tribuna, os que batalham nas comissões técnicas no silêncio operoso dos pareceres, os que percorrem os Ministérios na defesa dos interesses de sua comunidade, os que mobilizam os partidos e seus diretórios nos Estados.

O Congresso Nacional é a casa do povo. Só no mês de agosto, trinta e cinco mil pessoas procuraram a Câmara dos Deputados. Cerca de três mil por dia. São reivindicações e propostas, principalmente dos mais pobres, que passam diariamente pelos gabinetes dos deputados. Além disso, cada deputado atende e responde diariamente a dezenas de cartas, telefonemas, telegramas, ofícios, convites, estudos e relatórios de problemas. Como em todos os parlamentos, deputados e senadores têm direito ao custeio postal, telefônico e telegráfico. Na França, Inglaterra e Estados Unidos esses recursos, são muito amplos. Em alguns países sem restrições, há o uso de carnês, passes livres ou verbas para transportes em trens ou aviões.

Todos os parlamentares garantem igualmente assessorias a seus integrantes. Por mês, na França, são destinados dezenove milhões de cruzeiros e nos Estados Unidos duzentos e vinte milhões de cruzeiros para empregar até 22 servidores.

Os deputados e senadores, no Brasil como em qualquer país

democrático, não esgotam o exercício de seu mandato no Congresso em Brasília. Eles se deslocam para seus e outros Estados da Federação, para participarem de conferências, palestras, debates, comícios, entrevistas na imprensa, no rádio e na televisão.

Se o transporte e as franquias não forem subvençionadas, só milionários poderiam ser, não representantes do povo, mas do poder econômico. Ainda assim, a verba destinada ao Congresso Nacional no orçamento de 1986, não alcança 1 por cento. Para ser exato 0,63 por cento do total do orçamento. Para cada um dos cento e trinta milhões de brasileiros, a Câmara e o Senado custam 2 mil cruzeiros por mês.

A importância do plenário e suas tribunas é demonstrada pelo fato de que, de março a agosto desse ano, foram 5.246 os pronunciamentos e oralmente apresentados 1.532 projetos e proposições.

Quem desconhece o funcionamento do Congresso Nacional acredita que só em plenário que os senadores e deputados tomam conhecimento dos projetos. Cumple esclarecer que quando os projetos constam da ordem do dia, um boletim é distribuído de manhã a todos os deputados, em seus gabinetes, comissões ou dependências da Câmara. O serviço de som divulga o que ocorre no plenário, para que o deputado possa discutir ou emendar. Caso não o faça, entende que os pareceres das comissões, das quais participem os representantes do seu partido, atendem ao interesse público, pela aprovação ou rejeição do projeto.

Havendo verificação de votação, que pode ser pedida por qualquer deputado com apoio de 20 parlamentares, sua participação é obrigatória na votação.

Não votando, mesmo que esteja na Câmara, não receberá o jeton, por decisão da Mesa. É procedimento adotado nos parlamentos, sendo que entre estes, existem os que exigem voto pessoal do parlamentar somente para efeito de quorum, sem sanção econômica.

Brasileiros, todos os brasileiros, principalmente os necessitados e reivindicantes, que precisam ter as instituições democráticas como aliadas, notadamente os deputados e senadores, em sua maciça maioria eleitos com sua esperança e seu voto.

Por isso, a imunidade parlamentar não foi criada para defender os mandatos contra os humildes, mas para que o povo tenha representantes invioláveis contra governos incapazes ou prepotentes e contra o poder econômico, externo ou interno, aviltado como espoliador, corruptor ou explorador dos consumidores.

Parlamento e imprensa são filhos da democracia. Parlamento fechado é a imprensa amordaçada pela censura, é a democracia banida.

Parlamento e imprensa são irmãos que devem se respeitar e querer sinceramente o acerto recíproco, discordando ou criticando construtivamente.

Não é justa e desestabiliza a instituição, a condenação indiscriminada de todos os senadores e deputados, sem o balanço honesto dos acertos e de eventuais erros ou defeitos.

Repto que não podem ser desconhecidas como trabalho e dignificadoras do mandato, as múltiplas atividades dos deputados e senadores, não circunscritas ao plenário, como autores e relatores de projetos, membros de comissões permanentes, especiais e de inquérito; o atendimento de milhares de pessoas em Brasília e seus Estados; examinar, providenciar e despachar volumosa correspondência postal, telegráfica e telefônica; falar e votar em plenário, participar no seu e em outros Estados de frequentes contatos, palestras, simpósios e encontros.

Se não desidiosos ou incompetentes, por que são procurados pessoalmente ou por correspondência por milhares de brasileiros? Por que diariamente, inclusive aos sábados e domingos, em Brasília ou nos Estados, são entrevistados pela imprensa, rádio e televisão?

Os deputados e senadores, desituidos de prerrogativas pelo arbítrio, como vítimas, não podem ser responsabilizados por não legislarem na plenitude de sua competência.

Ainda ontem, juntamente com o eminente presidente do Senado Federal instalamos a comissão parlamentar com representantes de todos os partidos para a elaboração de uma emenda emancipadora à Constituição para o restabelecimento das prerrogativas e da independência do Poder Legislativo no Brasil.